

Entrevista com a professora Doutora Sandra Zákia Sousa:

Avaliações em larga escala e os desafios à qualidade educacional

Marilda Pasqual Schneider*

Camila Regina Rostirola**

Gabriela Strauss Mozz***

As políticas de avaliação em larga escala foram desencadeadas no Brasil, de forma mais intensa, a partir da última década do século XX. Objetivam diagnosticar as possíveis insuficiências na aprendizagem dos educandos, assim como direcionar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras com o intuito de melhorar a qualidade do ensino no país. A entrevista a seguir procura aferir a opinião da professora Doutora Sandra Zákia Sousa acerca da implantação deste sistema de avaliação no Brasil, bem como as possíveis implicações desta estratégia de acompanhamento do desempenho escolar na qualidade educacional. A professora Doutora Sandra Maria Zákia possui graduação em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. É professora colaboradora da Universidade de São Paulo e do Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo. Sua obra inclui numerosos artigos e capítulos de livros com ênfase em Política, Planejamento e Avaliação Educacional. Tem experiência na área da educação, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional, avaliação educacional, avaliação escolar e ensino. Atendendo ao convite do editor, a pesquisadora aceitou fornecer entrevista a duas bolsistas do Programa Observatório da Educação desenvolvido pelo Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação da Uno-

* Doutora em Educação e professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Editor da Revista Roteiro do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação da Unoesc; Professora Colaboradora do Programa Observatório da Educação – Capes; marilda.schneider@unoesc.edu.br

** Acadêmica da 8ª fase do Curso de Pedagogia da Unoesc – *Campus* de Videira e bolsista do Programa Observatório da Educação – Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação da Unoesc; milarostirola@hotmail.com

*** Acadêmica da 5ª fase do Curso de Pedagogia da Unoesc – *Campus* de Videira e bolsista do Programa Observatório da Educação – Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação da Unoesc; gabistrausmozz@hotmail.com

esc e conta com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A pesquisa desenvolvida intitula-se *Indicadores de qualidade do ensino fundamental na mesorregião Oeste de Santa Catarina: estratégias e ações na rede pública municipal de ensino (2010-2014)*. A vasta experiência da autora em temas relacionados às políticas educacionais lhe confere credenciais suficientes para abordar o tema da qualidade educacional pela ótica das avaliações em larga escala, que completa o dossiê sobre *Desafios da qualidade na educação básica*, desta edição da Roteiro.

Palavras-chave: Políticas de Avaliação em larga escala. Qualidade educacional. Pesquisas educacionais.

Entrevistadoras (E): No texto publicado pela *Revista Educação: teoria e prática*, em 2010, em parceria com Paulo Henrique Arcas, a senhora afirma que “*As políticas de avaliação podem conter possibilidades emancipadoras ou virem a servir à intensificação das desigualdades educacionais e sociais*” (p. 187). Poderia explicar melhor o quis dizer com isso?

Sandra Zákia Souza (SZS): Analisar as finalidades da avaliação escolar é uma tarefa que hoje se impõe aos profissionais da educação, até mesmo porque as escolas têm sido cada vez mais chamadas a interagir com diferentes focos da avaliação. Se até os anos finais da década de 1980 o foco privilegiado era a avaliação da aprendizagem dos alunos, na atualidade as escolas se veem envolvidas com avaliação institucional, de desempenho docente, de curso, de redes de ensino. Incidem nas escolas e redes de ensino iniciativas de avaliação de desempenho dos alunos realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), além daquelas elaboradas por estados e municípios, denominadas avaliações em larga escala ou avaliações externas.

Se considerarmos as avaliações conduzidas pelo MEC, desde os anos 1990, parecem que só recentemente seus resultados começam a ser utilizados de modo sistemático, tanto pelos formuladores e implementadores de políticas educacionais quanto pelas escolas. As resistências a estas iniciativas ou a desconsideração de seus resultados, expressas nos anos iniciais de sua implantação, vêm gradualmente sendo substituídas pela busca de interpretação e uso de seus resultados, seja pelos que atuam em órgãos centrais ou intermediários das Secretarias de Educação, seja pelos profissionais que atuam na escola.

A criação pelo Ministério da Educação do Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que leva em conta resultados da Prova Brasil, além de dados do Censo Escolar, relativos à aprovação, e a definição de metas a serem alcançadas pelas redes públicas de ensino e escolas até 2021 são iniciativas que estão mobilizando redes de ensino e escolas a buscarem compreender e valer-se dos resultados das avaliações de sistema no planejamento do trabalho.

As avaliações em larga escala, com provas padronizadas, trazem informações que usualmente possibilitam a comparabilidade de desempenho dos alu-

nos em Língua Portuguesa e Matemática, tendo como referência padrões gerais estabelecidos, trazendo subsídios para o planejamento. No entanto, não dão conta da amplitude e complexidade do trabalho escolar.

Ao tempo em que sejam consideradas as contribuições que podem trazer as avaliações de sistemas para a formulação de políticas educacionais e para o planejamento do trabalho escolar, devem também ser considerados seus limites.

Um deles, que se quer ressaltar, é que estas avaliações restringem-se aos resultados de desempenho dos alunos, em geral, em provas de português e matemática, não contemplando nem todas as áreas de conhecimento que são tratadas na escola, nem as diversas dimensões em que se trabalha com o aluno no âmbito da escola, especialmente no nível de atitudes.

Outro aspecto a ponderar é o fato de que, usualmente, não se incorpora, na análise dos resultados, um exame dos fatores associados; ou seja, os níveis de proficiência dos alunos, obtidos por meio das provas, não são interpretados à luz das características e condições da rede de ensino, da escola e de seus alunos.

No artigo que é mencionado na questão feita por vocês, o que se buscou destacar é que, dependendo do modo como forem divulgados e explorados os resultados das avaliações em larga escala, corre-se o risco de se intensificar desigualdades educacionais, com impactos na segmentação de professores e escolas. Daí deve-se atentar para não utilizar os resultados com fins classificatórios.

Não se pode restringir a concepção de qualidade do ensino aos resultados dessas avaliações, correndo-se o risco de não se diferenciar as noções de medida e avaliação, além de fragilizar a perspectiva de uma avaliação formativa.

E: Como compatibilizar a concepção de avaliação formativa com a crescente valorização das provas padronizadas, com fins comparativos, como a Prova Brasil, PISA, entre outras?

SZS: Em meados de 1990, ao finalizar minha tese de doutorado, já alertava para possíveis decorrências para a democratização do ensino das propostas de avaliação de sistema, que tomam como o principal indicador de qualidade o desempenho dos alunos em provas de rendimento. Entre elas destacava que possivelmente seriam fortalecidas as resistências para que uma concepção de avaliação formativa gradualmente fosse assumida pelas escolas.

O que vem se evidenciando aos professores é o paradoxo entre vivenciar uma avaliação como atividade a serviço do desenvolvimento de todos os alunos ou a serviço de prepará-los para os testes. Já há pesquisas que têm mostrado que os professores tendem a ensinar para os testes, organizando suas propostas de ensino em razão do que será “cobrado”. A ênfase nos produtos ou resultados educacionais, medidos por meio da aplicação de provas aos alunos, que resultam em classificações, pode comprometer o processo de construção de uma avaliação que se coloque com finalidade formativa. Para não cairmos nessa armadilha é

fundamental se diferenciar os propósitos de uma avaliação em larga escala da avaliação que se processa no cotidiano da escola.

Para ilustrar possíveis tensões entre lógicas avaliativas, é oportuna a menção à pesquisa realizada por Paulo Arcas, concluída em 2009, que focalizou a rede estadual paulista, buscando compreender como vêm convivendo na escola a lógica da avaliação formativa, induzida pela progressão continuada e a da medida de desempenho, realizada pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). Ao analisar eventuais alterações ocorridas na avaliação, induzidas pela implantação dessas medidas, o estudo revela que tanto a progressão continuada quanto o Saresp incidem na avaliação escolar. No entanto, a progressão continuada tende a influenciar mais o discurso do que as práticas avaliativas, discurso este que dá ênfase à função formativa da avaliação. O Saresp vem assumindo, gradualmente, o papel de orientador de práticas escolares, reintroduzindo o lugar de destaque que tradicionalmente as provas ocupam no processo de escolarização, com fim classificatório e, em decorrência, a noção de verificação ganha destaque em detrimento da avaliação formativa.

O que se quer realçar é o risco de se pautar o trabalho escolar e, em consequência, a avaliação escolar exclusivamente pelos resultados das avaliações em larga escala. Daí serem oportunos estudos e debates que se voltem à análise de como a escola está agindo ou reagindo a essas iniciativas. Como a escola tem lido, por um lado, com uma concepção de avaliação que visa ao acompanhamento e estímulo ao desenvolvimento dos alunos, tendo em conta as diferenças individuais e mesmo de origem de classe social e, por outro lado, com a avaliação externa que dá centralidade à mensuração de desempenho dos alunos em testes, definindo padrões a serem atendidos pelos alunos em determinada etapa de escolarização.

O que precisa ser considerado são as especificidades, funções, finalidades, possibilidades e limites da avaliação da aprendizagem e da avaliação de desempenho.

E: O Ministério da Educação anuncia que as avaliações em larga escala, especialmente as destinadas ao ensino fundamental e médio, devem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, redução das desigualdades e democratização da gestão do ensino público. A senhora acredita realmente nisso? Em que medida julga que estas avaliações possam contribuir na melhoria da qualidade do ensino no Brasil?

SZS: A atividade avaliativa tem uma dimensão intrínseca de poder que tanto pode servir à democratização do ensino quanto pode levar à intensificação das desigualdades educacionais e, no limite, sociais. Dependendo do uso que se fizer dos resultados de avaliações contribui-se, ou não, para a melhoria da qualidade do ensino, redução das desigualdades e democratização da gestão do ensino público.

Os resultados das avaliações em larga escala são um dos indicadores de avanços e deficiências das redes e escolas e trazem evidências da eficácia das pró-

prias políticas implementadas. Embora não se possa restringir a formulação de propostas e ações educacionais aos resultados de desempenho de alunos em testes, esses se constituem em um elemento importante a ser considerado no planejamento, desde o nível central das Secretarias de Educação até as escolas. Os testes, tal como vêm sendo delineados, em geral, propiciam uma análise de habilidades dos alunos do ensino fundamental e médio em língua portuguesa e matemática.

Vale, no entanto, lembrar os riscos das provas padronizadas levarem a um estreitamento do currículo escolar, principalmente quando se associam incentivos ou punições, aos profissionais da educação ou às escolas, aos resultados obtidos pelos alunos.

Necessário se faz uma ruptura com as tendências em curso, ou seja: de uma concepção de avaliação de produto, com potencial de controle, que produz comparação e classificação, promovendo o individualismo e competição e, conseqüentemente, a discriminação e exclusão, para uma avaliação que tenha um caráter processual, com potencial educativo, que produza reflexão e decisão, com base no diálogo e cooperação, capaz de promover a inclusão.

E: No texto *Implicações da Avaliação em Larga Escala no Currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo*, publicado em 2010, seus autores afirmam que “*A permanência das avaliações em larga escala revela a necessidade de pesquisas que permitam compreender como seus resultados repercutem na escola e no trabalho pedagógico*” (p. 187). Na sua opinião, quais aspectos deveriam ser considerados na realização de pesquisas que objetivem levantar os impactos das avaliações em larga escala na escola e no trabalho do professor?

SZS: No Brasil, são ainda escassos os estudos que se voltam para a compreensão e análise de efeitos e impactos das avaliações em larga escala no âmbito das escolas ou de redes de ensino. Os recentes estudos concluídos trazem pistas que permitem uma aproximação com tipos de apropriação que vêm sendo feita por escolas e secretarias de educação de resultados das avaliações, ou mesmo, da lógica de gestão educacional induzida pelas avaliações; ou seja, há poucos e recentes estudos, daí a necessidade de avançarmos no conhecimento até então produzido sobre a temática das avaliações em larga escala. Estudos dessa natureza permitem uma discussão informada que agregue a uma avaliação política das medidas em curso, ou seja, de seus princípios e fundamentos, evidências empíricas.

Apenas para ilustrar aspectos que me parecem oportunos e relevantes de serem investigados, destaco algumas indagações: as provas medem o que dizem medir; como e com que finalidades vêm sendo usados os resultados das avaliações pelas diferentes instâncias das redes de ensino; quais impactos das avaliações externas no rendimento dos alunos, no currículo e na gestão escolar? Que conseqüências vêm sendo geradas com as políticas que associam incentivos aos

resultados das avaliações? As avaliações vêm induzindo a assimilação do conceito de quase-mercado na gestão dos sistemas educacionais?

Pesquisas que informem sobre como vem sendo concebida e vivenciada a avaliação têm relevância científica e social, pois, como já disse, a avaliação é um instrumento de poder, que pode (ou não) ser utilizado para promover a escola de qualidade para todos.